



AGUILERA, Vanderci de Andrade. (Org.). **A Geolingüística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer.** Londrina: EDUEL, 2005. 498 p.

Neiva Mara Zanin GARCIA
Universidade Estadual de Londrina

A obra *A Geolingüística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer*, organizada por Vanderci de Andrade Aguilera, é uma recente publicação que reúne vinte e dois artigos de autores de projetos de atlas lingüísticos já concluídos ou em andamento, retratando, desta forma, o atual estágio das pesquisas dialetológicas e geolingüísticas em nosso país. Tem como proposta disseminar informações teórico-metodológicas dirigidas a pesquisadores interessados em projetos voltados à coleta e à descrição da multiplicidade dialetal da língua portuguesa falada no Brasil.

Na apresentação, a organizadora faz um breve relato cronológico de trabalhos que impulsionaram a Dialectologia e a Geolingüística no cenário acadêmico nacional. Em 1991, foi publicada a obra de Brandão, *A Geografia Lingüística no Brasil*; em 1996, foi lançado o *Projeto Atlas Lingüístico do Brasil – ALiB*, na Universidade Federal da Bahia; em 1998, Aguilera retrata o cenário dos estudos geolingüísticos na época, com a publicação de *A Geolingüística no Brasil: caminhos e perspectivas*; e em 2001, foi concluída a última versão dos *Questionários do ALiB*. Em 2005, Aguilera traz à luz a versão atualizada de *A Geolingüística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer*.

No primeiro artigo, intitulado **Atlas Lingüístico do Brasil: de “nascituro” a “adolescente”**, Cardoso descreve a elaboração do Atlas Lingüístico Geral do Brasil, desde o nascimento das primeiras idéias, na metade do século XX até o seu estágio atual, bem como as perspectivas para um futuro próximo. Trata-se de um projeto idealizado por Antenor Nascentes, Serafim da Silva Neto, Celso Cunha e Nelson Rossi, que somaram seus trabalhos aos estudos já realizados

no início do século por Amadeu Amaral (1920) e Mário Marroquim (1934). Fatores adversos da época impediram a consecução daquele ideal. Dentre eles, citam-se a vasta extensão territorial do país, poucas Faculdades de Letras e falta de pesquisadores bem preparados. Diante desses empecilhos, os estudiosos da área optaram por recomendar a elaboração de Atlas regionais, iniciando-se com o Atlas Prévio dos Falares Baianos, de Nelson Rossi, em 1963.

Passados quase cinquenta anos desde as idéias iniciais, reúnem-se na Bahia, em novembro de 1996, pesquisadores da área de Dialectologia e Sociolinguística no seminário *Caminhos e perspectivas para a geolinguística no Brasil*, onde nasceu o Projeto Atlas Lingüístico do Brasil – ALiB, com política de constituição de dados e metodologia próprios. Definiu-se uma rede com 250 pontos de inquéritos que incluem as capitais de Estado, à exceção de Palmas e o Distrito Federal. Estabeleceu-se um perfil com 1100 informantes, homens e mulheres, integrantes de duas faixas etárias. O conjunto de questionários efetivos foi precedido por duas versões experimentais.

O ALiB é um projeto sólido e estruturado, acolhido pela comunidade científica com metodologia bem definida e dirigido por um comitê com representação de sete universidades brasileiras. O trabalho de campo, iniciado em 2001, contava na época da publicação da obra com os inquéritos integralizados em dois estados: Amapá com dois pontos, e o Paraná com dezessete pontos, sob a coordenação da diretora científica Vanderci de Andrade Aguilera. Na XII Reunião Nacional do Comitê (2003), decidiu-se concentrar a coleta de dados nas capitais de Estado e, segundo Cardoso, já eram dez as capitais com inquéritos integralizados, cinco outras com documentação iniciada e, no total da coleta de dados, contava-se com quarenta e três pontos da rede documentados integralmente, com outros treze em andamento. Para os passos futuros, almeja-se a publicação do primeiro volume do ALiB com os resultados obtidos, até então, nas capitais brasileiras.

No segundo artigo, **A Dialectologia na Bahia**, Jacyra Andrade Mota, retrata esse Estado como berço da Dialectologia no Brasil. O interesse na elaboração de atlas regionais, por parte dos pesquisadores da época, levou Nelson Rossi a constituir o primeiro atlas regional do Brasil, o *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, publicado em 1963, tendo como colaboradores Carlota Ferreira e Dinah Maria Insensee. Impulsionados pelos estudos do APFB, Nelson Rossi e sua

equipe estenderam a área de pesquisa em quatro localidades sergipanas, limite norte do chamado “falar baiano”, na divisão dialetal proposta por Nascentes (1953). As pesquisas nesse Estado evoluíram e em 1973 fica pronto o Atlas Lingüístico de Sergipe (ALS), mas publicado apenas em 1987.

Quanto à metodologia empregada, o APFB, Atlas monodimensional de dimensão diatópica, realizou uma pesquisa *in loco* em 50 localidades do Estado da Bahia, com 100 informantes com o perfil sintetizado na sigla HARAS (homem, adulto, rurícola, analfabeto e sedentário), com observação de que foram incluídos informantes masculinos e femininos de forma assistemática.. O questionário foi constituído por 182 questões, basicamente de nível semântico-lexical, não tendo contado com modelos precedentes. Utilizou também “teste de identificação” e as respostas foram transcritas *in loco* pelos inquiridores. Contém 198 cartas lingüísticas sintéticas e fonético-analíticas, as quais foram elaboradas artesanalmente por desenhistas de acordo com os recursos disponíveis na época.

Segundo a autora, a primeira edição do APFB encontra-se esgotada, e para facilitar acesso aos dados, as cartas foram reproduzidas em CD-ROM. Os dados registrados no APFB e no ALS serviram de parâmetro a outros trabalhos relevantes. Desta forma, a influência do “falar baiano” no território mineiro, levou à constituição do Atlas Lingüístico de Minas Gerais (1977).

O estudo de Zágari, relatado no artigo **Os falares mineiros – Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais**, classificou os falares mineiros em três áreas: o falar baiano, o paulista e o mineiro, fato que veio comprovar a divisão dialetal proposta por Nascentes em 1953. Pesquisa direta, realizada *in loco* em 184 pontos, utilizou a metodologia tradicional da pesquisa lingüística somada ao método inovador da Geolingüística. O primeiro volume já se encontra publicado, e ainda, outros dois estão em andamento.

A seguir, Maria do Socorro S. de Aragão relata em seu artigo os passos dados para a constituição do **Atlas Lingüístico da Paraíba (ALP)**. Por meio de um trabalho científico sistematizado, visou proporcionar melhor conhecimento da realidade lingüística na região paraibana, bem como preservar a história da língua e contribuir com o processo de ensino da língua portuguesa. Projeto iniciado em 1979, a exemplo de Minas Gerais e Bahia, segue os parâmetros da pesquisa

geolingüística tradicionais associados aos da sociolingüística, ocupando-se do estudo de dimensão diatópica e diastrática. A autora faz uma detalhada análise dos dados coletados, com ênfase nas variantes léxicas e fonéticas. O ALPB será constituído por três volumes, dois dos quais publicados e o terceiro em fase de elaboração.

No artigo a seguir, **Sergipe: um Estado com dois Atlas**, Cardoso explica que, um segundo volume para Sergipe tem sua justificativa na existência de *corpora* organizados e ainda não trabalhados, referentes aos inquéritos lingüísticos realizados entre 1966 e 1967. Os dados coletados, que se encontram arquivados na UFBA, permitem a análise nos campos fonético e fonológico, lexico-semântico, morfossintático e lingüístico-antropológico, mostrando que a atualidade dos estudos dialetais se mantém assegurada independentemente da concomitância entre a coleta e a análise de dados. Segundo a autora, o Atlas Lingüístico de Sergipe II seguiu os mesmos princípios metodológicos e científicos do ALS (1987). Com algumas características particulares, submeteu os dados coletados a tratamento pautado pelas tendências atuais dos estudos dialetais, enfocado como um “atlas de segunda geração”. Somou ao estudo diatópico as contribuições da sociolingüística, constituindo um Atlas bidimensional.

No artigo **Atlas Lingüístico do Paraná: gênese e princípios metodológicos**, Aguilera aborda os procedimentos teórico-metodológicos adotados para a elaboração do ALPR, bem como trabalhos que o antecederam e serviram de parâmetro à sua constituição.

Com base na dialetologia tradicional postulada por Silva Neto (1961) e Nascentes (1958 e 1961), a autora propôs para o ALPR a elaboração de cartas lexicais, fonéticas, delimitação de isoglossas e organização de um glossário. Para as variantes lexicais, obtidas por meio da distribuição diatópica, buscou demonstrar as influências ocorridas pela variação social (diastrática). Nas cartas fonéticas, analisou a realização de determinados fonemas, como o /r/ em trava ou final de sílaba característica do norte paranaense e a manutenção do /e/ e /o/ átonos finais, presentes na fala dos sulistas. Na determinação de isoglossas, cartas isoléxicas e isofônicas retratam a abrangência diatópica das formas mais significativas apresentadas. Na organização do glossário, a autora optou pelo léxico-dialetal, isto é, foram incluídas só

as vozes que denotavam o caráter diferencial do dialeto em relação com o léxico ao que se comparava.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a autora utilizou basicamente o questionário lingüístico do Atlas Lingüístico do Estado de São Paulo - ALESP - abrangendo os campos semânticos Terra e Homem, com um total de 325 questões. Para a definição da rede de pontos, incluiu as 24 localidades propostas por Nascentes a 41 novas, totalizando 65 pontos distribuídos por todas as regiões fisiográficas do Estado. Para a seleção dos informantes, seguiu os critérios da dialetologia tradicional, apresentados por Nascentes (1958 e 1961), Silva Neto (1957) e Caruso (1983): ter idade entre 30 e 60 anos; ser analfabeto ou semi-alfabetizado; ter nascido na localidade; se casado, o cônjuge deveria ser também da localidade; ser filho de família ali radicada; não ter realizado viagens longas, nem ter feito o serviço militar; ser ou ter sido agricultor. Efetuou a coleta de dados com um número reduzido de inquiridores e selecionou pessoalmente todos os informantes. As respostas foram gravadas e transcritas grafematicamente e compõem um acervo de 13 volumes com mais de 4000 páginas, arquivados na sala de Projetos da UEL, constituindo rico material disponível a quem se interessar por estudos nessa área. Ainda nesse artigo, a autora faz uma explanação em relação aos tipos de cartas geolingüísticas de acordo com Montes (1987): literal analítica, sintética, e mista ou sintético-analítica. O volume das cartas do ALPR foi publicado em 1994, pela Imprensa Oficial do Estado e o volume da Apresentação veio à luz em 1996, pela Editora da UEL.

Nesse artigo, observa-se, ainda, o interesse da autora em relatar os percalços encontrados durante a pesquisa de campo, bem como, os procedimentos tomados para que os resultados se mantivessem seguros, confiáveis e satisfatórios.

Na seqüência, é apresentado o artigo em que Altenhofen (UFRGS) faz um balanço acerca da delimitação de áreas lingüísticas significativas da variação diatópica do português falado na região sul do Brasil, trabalho que viabilizou a elaboração do **Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul** (ALERS). As pesquisas realizadas nessas áreas foram preconizadas por estudos restritos ao Paraná (MERCER, 1992; AGUILERA, 2000), Santa Catarina (FURLAN, 1986 e 1989) e Rio Grande do Sul (BUNSE; KLASSMANN, 1969; KOCH, 1995). Deu ênfase não só à macro variação diatópica do português, mas

também à dimensão diastrática, desta forma, permitindo configurar o contexto geográfico do uso de determinada variante lingüística.

Os estudos que deram origem ao ALERS seguiram a proposta de divisão do falar brasileiro proposta por Nascentes, detendo-se no chamado “falar sulista”. A análise de dados do ALERS refletiu o jogo de forças entre o novo e o conservador. Concentra-se no falar rural para obter a forma conservadora que permitiria mostrar áreas dialetais historicamente estabelecidas. Foi incorporada também a fala de informantes bilíngües devido à influência dos imigrantes europeus e asiáticos, com intuito de contribuir com os estudos mais específicos como os de aquisição de segunda língua, de bilingüismo e línguas em contato. Com uma rede densa de pontos, totalizando 275 localidades, permitiu visualizar arealizações para além dos limites políticos intra-estaduais. Seu instrumento de coleta de dados abrangeu questionários fonético-fonológicos, morfossintáticos e semântico-lexicais. Utilizou mapas ponto-símbolo, acrescidos de gráficos de frequência das variantes em cada estado e na região. As variantes mais freqüentes na região são marcadas por meio de mapas hachurados.

O autor propõe uma relação entre a variedade do português em estudo com as influências dos traços extralingüísticos, bem como, a presença de imigrantes açorianos concentrados no leste de Santa Catarina, existência de fronteiras políticas com países de fala hispânica no extremo sul, o contato entre paulistas e gaúchos em dois fluxos migratórios opostos, o papel das rotas dos tropeiros paulistas, existência de áreas bilíngües de imigrantes não lusos a partir do século XIX e a relevância das migrações internas no processo de ocupação da região.

Como resultado, delimitou oito áreas lingüísticas principais na configuração diatópica do português falado na região sul do Brasil. São elas: as áreas de transição, denominada Leque Catarinense; os três corredores de projeção de traços, denominados corredor central de projeção paranaense, corredor oeste de projeção rio-grandense e corredor leste de projeção rio-grandense; as três zonas laterais, denominadas zona lateral açoriano-catarinense, zona lateral do Paraná do norte, a zona lateral da fronteira sul-rio-grandense, e as “áreas bilíngües” de português de contato.

O artigo que segue diz respeito ao **Atlas Lingüístico Sonoro do Pará** (ALISPA). Na sua elaboração, Abdelhak Rasky procurou criar um novo meio de organização de um corpus geolingüístico, utilizando

os modernos recursos tecnológicos disponíveis. A organização dos dados foi feita em formato de texto e de áudio.

A pesquisa se ateve ao estudo da variação fonética e contou com parâmetros da geo-sociolingüística para obter informações sociais. Desta pesquisa resultou uma fonoteca composta de 420 arquivos sonoros da fala paraense. Quanto ao procedimento metodológico, seguiu os princípios da dialetologia tradicional. Selecionou dez cidades de acordo com critérios sociais, históricos e econômicos. Utilizou a primeira versão do Questionário Fonético-fonológico do ALIB com 159 perguntas, quatro informantes por localidade (um homem e uma mulher entre 18 e 30 anos e 1 homem e 1 mulher entre 40 e 70 anos) com escolaridade até o primeiro grau completo. A digitalização dos dados coletados foi efetuada na Universidade de Toulouse II na França. O programa interativo apresenta um mapa das 10 cidades estudadas, que permite ao usuário ver e ouvir de forma instantânea como uma determinada variável é realizada em cada um dos pontos pesquisados, sem a intermediação do lingüista. O ALISPA permite uma visualização de 636 cartas fonéticas, possibilitando mapear a fala dos quatro informantes ao mesmo tempo. Segundo o autor, este sistema permite acesso mais rápido e seguro às informações sobre a variação lingüística existente no Pará.

Tratando do **Atlas Lingüístico de Mato Grosso do Sul** (ALMS), Isquerdo (UFMS) e Nogueira (UNIDERP) relatam a gênese e a trajetória deste atlas que se encontra em andamento. Nas preliminares, é mencionada a necessidade de conhecer e resgatar as diferentes identidades lingüísticas, culturais e peculiares a esse Estado, ameaçadas pela globalização resultante da informatização global. Desta forma, o Projeto ALMS propõe resgatar, sistematizar e estudar as diferentes formas de atualização da língua, privilegiando as variedades e as mudanças regionais.

A exemplo do ALPR, em 1990, este trabalho foi impulsionado pelo Prof. Dr. Pedro Caruso (UNESP) e iniciado em 1994 com a coordenação da Professora Albana Nogueira. Seguiu os princípios da Dialetologia contemporânea, valendo-se das contribuições da Sociolingüística. Atlas de natureza pluridimensional, contempla a dimensão diatópica e diastrática. Pesquisa realizada *in loco* por meio de questionário lingüístico estruturado e narrativas. Foram selecionadas 33 localidades de acordo com critérios históricos, geométricos e

fronteiriços divididos em cinco setores. Foram escolhidos quatro informantes por localidade, 1 homem e 1 mulher na faixa etária I (18 a 30 anos) e 1 homem e 1 mulher na faixa etária II (45 a 70 anos), analfabetos ou com escolaridade até a 4ª série do ensino fundamental, pessoa nascida na localidade ou nela residindo desde os 7 anos de idade, com profissão que não exige deslocamento para outras localidades.

Informam as autoras que os inquéritos foram realizados em 31 localidades e paralelamente a este trabalho estão sendo efetuadas as transcrições grafemáticas dos questionários semântico-lexical e fonético-fonológico e as narrativas. A constituição das cartas é prevista como um produto final do projeto, o qual já tem rendido alguns frutos, como relatórios de iniciação científica, artigos e uma dissertação de mestrado. Grande parte desses trabalhos focaliza a influência dos fatores sócio-culturais na configuração do léxico local.

O artigo seguinte aborda os caminhos do português falado no Maranhão. Os estudos estão em andamento, realizados por uma equipe de sete pesquisadores empenhados na constituição do **Atlas Lingüístico do Maranhão** (ALIMA). Projeto aprovado em 2002 pela Universidade Federal do Maranhão, tem como característica particular a criação de questionário lexico-semântico para cada vertente sócio-cultural como o *bumba-meu-boi*, *culinária*, *línguas indígenas*, *manifestações culturais de raízes africanas no Maranhão*, *produtos agro extrativistas* e o *reggae*, ritmo africano que adquiriu características peculiares que lhe deram uma dimensão marcadamente maranhense.

O ALIMA é um Atlas pluridimensional, com 18 pontos de inquérito, dos quais 9 fazem parte do ALIB. Foram selecionados oito informantes nas capitais e quatro nas demais localidades, com dois grupos de faixa etária (18 a 30 anos e 50 a 60 anos), com escolaridade até a 6ª série do Ensino Fundamental e em São Luís foram incluídos quatro informantes com nível superior. O Projeto ALIMA, no quarto ano de pleno desenvolvimento, tem oferecido contribuições aos interessados no estudo do português falado no Maranhão.

O Rio Grande do Norte também conta com o projeto do **Atlas Lingüístico do Rio Grande do Norte** (ALIRN). Trata-se de trabalho iniciado a partir das pesquisas para o ALiB, realizado por uma equipe de professores da Universidade Potiguar de Natal. Segue as linhas metodológicas do ALIB, porém, na transcrição dos dados

será incluída a transcrição ortográfica, visando a estender o *corpus* coletado à pesquisa com enfoques teóricos diversos.

Segundo as autoras, Aragão (UFC / UFPB) e Pereira (UNP), um dos objetivos a ser alcançado no término desse trabalho será amenizar os estigmas existentes na forma como a linguagem regional popular é retratada pelos meios de comunicação em massa, demonstrando que as diferentes formas de expressão são uma confirmação do espírito de independência, de auto-afirmação e de orgulho do povo nordestino.

Na seqüência, Brandão (UFRJ) e Cruz (UFAM) apresentam um **estudo contrastivo sobre as vogais médias pretônicas em falares do Amazonas e do Pará**. Este estudo, embasado na análise das cartas lingüísticas do ALAM e do ALISPA, permitiu confirmar a existência de vogais abertas em situação pretônica na fala amazonense e paraense, bem como a divisão do Brasil em áreas lingüísticas proposta por Nascentes. Com algumas divergências em relação a outras pesquisas sobre falares, estes estudos objetivaram contribuir na formulação de hipóteses, para estudos mais aprofundados nesta área.

Em referência aos **Estudos Geolingüísticos no Estado do Espírito Santo**, Rodrigues (UFES) informa estar ainda em fase de planejamento e de implantação. Conta com uma equipe interdisciplinar de professores, acadêmicos e pós-graduandos. A área a ser estudada caracteriza-se pela heterogeneidade lingüística apresentada pela vinda de escravos, alemães, pomeranos, entre outros. O APES tem como objetivo, registrar as variantes em uso, identificar as áreas lingüísticas que caracterizam o Estado e oferecer aos estudiosos da área um material abrangente e com dados seguros. O projeto será desenvolvido em duas etapas. A primeira, em andamento, compreende a sistematização do processo de recolha de dados de acordo com os pressupostos teórico-metodológicos da geolingüística; a segunda, tratará da elaboração de um banco de dados e cartografia das principais variantes lexicais, fonéticas e morfossintáticas.

No artigo **Atlas Regionais em Andamento no Brasil: perspectivas metodológicas**, Isquerdo (UFMS) faz um paralelo entre os atlas em andamento no Brasil, com vistas a discutir os parâmetros metodológicos que orientam pesquisas geolingüísticas em curso, voltadas para a confecção de atlas regionais. São eles: ALECE, ALESP, ALAC, ALIPA, ALMS, APERJ, ALIMAT, ALIMA, ALIRN, ALES e

o ALiB. Motivados pela concretização do projeto ALiB, os procedimentos teórico-metodológicos incorporam os princípios dialetológicos tradicionais somados aos métodos contemporâneos das teorias linguísticas acerca do estudo da variação, constituindo-se, assim, como relevante parâmetro no cenário das pesquisas dialetológicas e geolinguísticas no Brasil.

De acordo com Isquierdo, os projetos, a cujos dados teve acesso, podem ser agregados em quatro categorias, em termos metodológicos. Na primeira categoria são incluídos o ALECE e o ALESP, projetos iniciados em épocas diferentes, que adotaram parâmetros da Dialetologia tradicional. O ALECE, como fator diferencial dos atlas de concepção tradicional, abordou os aspectos sociais. O projeto ALESP, idealizado pelo Prof. Pedro Caruso (UNESP/Assis) ainda não foi concluído por motivos diversos, deixando, desta forma, uma grande lacuna nos estudos dialetológicos em nosso país. Foi bastante significativa a sua contribuição no incentivo a outros trabalhos, como o EALLO (1987) e o ALPR (1994) ambos de autoria da Prof^a. Vanderci de Andrade Aguilera, e também para o Atlas Linguístico do Mato Grosso do Sul que integra a segunda categoria por ser um projeto considerado mais próximo da Dialetologia inovadora, incorporando em sua metodologia as contribuições da Sociolinguística, portanto de natureza pluridimensional. Na terceira categoria, estão reunidos os projetos ALIPA e APERJ, tendo em vista a acentuada dimensão sociolinguística refletida na metodologia de ambos os projetos. O APERJ conta com um diferencial específico, pois este projeto tem como foco principal a documentação de uma atividade específica (a pesca). A quarta categoria é constituída por projetos de atlas em curso que surgiram motivados pelo projeto ALiB e seguem os parâmetros definidos pelo projeto nacional, com pequenas adaptações. São eles: os projetos ALIMAT, ALIMA e ALIRN. Quanto ao Atlas Etnolinguístico do Acre, é uma pesquisa vinculada a um projeto mais amplo, o do Centro de Estudos Dialetológicos do Acre (CEDAC).

Para confirmar o significativo nível de expansão dessas pesquisas neste período, a autora menciona a obra de Aguilera (1998), *A Geolinguística no Brasil: caminhos e perspectivas*, período no qual havia no Brasil cinco atlas regionais publicados e sete projetos em andamento. Em 2004, esse quadro muda para nove atlas regionais concluídos e

onze projetos em andamento. Fato este que comprova a consolidação dos estudos dialetológicos e geolingüísticos no Brasil.

No artigo a seguir, Brandão (UFRJ) descreve a constituição do **Atlas Etnolingüístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro** (APERJ), Projeto iniciado na década de 80, o qual passou por algumas mudanças: a metodologia inicial estabelecida pela Dialetologia passou a ter interfaces com a Sociolingüística, e posteriormente, ao final de 1999, a equipe original é desfeita com a aposentadoria da maioria das pesquisadoras. Os interesses da pesquisa se diversificaram e a sua conclusão tornou-se inviável. A equipe não publicou o atlas, mas gerou e divulgou uma série de estudos que abriram as portas para o surgimento de jovens e talentosos pesquisadores. A autora conclui seu artigo, expressando sua idéia por meio de analogia, dizendo que, ao iniciar um projeto de pesquisa não se tem a certeza de que será concluído, porém, no seu transcorrer muitos frutos são colhidos, fato que já o torna válido.

No artigo **Metodologia da Pesquisa Dialetológica**, Pedro Caruso aborda na pesquisa efetuada para o ALESP, não propriamente o seu procedimento metodológico, e sim alguns fatos significativos que ocorreram durante a pesquisa de campo, e tiveram que ser resolvidos naquele momento.

O ALESP foi precedido por uma pesquisa indireta realizada em 1980, por meio de correspondência, que atingiu todos os 572 municípios do Estado de São Paulo. A escolha das localidades incluiu os 60 pontos relacionados por Nascentes, perfazendo um total de 100 pontos de inquérito. Muitos cuidados cercaram a elaboração do Questionário Lingüístico, sendo testado inúmeras vezes. Apesar do rigor dispensado à preparação da pesquisa, os problemas no campo não deixaram de se apresentar. Perguntas tiveram que ser reformuladas, pois, mostravam-se ineficientes na obtenção do termo desejado.

Em busca da linguagem informal, o autor atenta para o “paradoxo do observador”. Para anular este efeito, buscou uma relação mais descontraída e procurou sempre conquistar a confiança do informante, apresentando-se pelo intermédio de uma pessoa conhecida da localidade, e realizando as entrevistas em sua própria residência. Ocorreram alguns fatos inesperados com relação à gravação das entrevistas, em que os inquiridores tiveram que retornar e proceder novamente ao inquérito. Salienta ainda, que é fundamental o inquiridor

conhecer não só o questionário, mas também a linguagem popular falada, que é seu objeto de estudo. Com o intuito de obter textos discursivos, foi incluída uma parte de narrativa de lendas e superstições. No último tópico do questionário, nos relatos de experiência pessoal, o objetivo foi alcançado com a obtenção de muitos textos discursivos de fala distensa. Caruso concluiu confessando sua parcialidade nesse texto, em que prevalece o entusiasmo pelo trabalho de pesquisa de campo, porém, muitas vezes exaustivo e que demanda muita paciência e determinação do pesquisador.

Na seqüência, o artigo de Oliveira (UFMS) questiona sobre **a sedimentação da metodologia do Estudo Dialeológico no Brasil**. Até a década de oitenta, os estudos dialeológicos não estavam consolidados nas Universidades brasileiras. Da divergência de idéias, houve até uma hierarquização de certas áreas de conhecimento por parte dos pesquisadores, resultando em desamparo e abandono de projetos em outras áreas. Entretanto, os estudos dialeológicos realizados no passado são de suma importância, levando-se em conta a época e a metodologia adotada. Em especial, os trabalhos de Nascentes (1953) “O linguajar carioca” e o de Nelson Rossi “Atlas Prévio dos Falares Baianos” (1963).

A Dialeologia ganha força com a aliança feita com a Sociolinguística. As investigações passaram a ser pautadas não só no plano horizontal, mas também no plano vertical (social). A verticalização vale-se de fatores estabelecidos pela “Teoria da variação lingüística”, modelo teórico-metodológico proposto por Labov na década de sessenta. Permite o estabelecimento sistemático de amostras para as pesquisas, como o número de localidades a serem pesquisadas, a seleção dos informantes e a viabilização de um método de entrevista mais dinâmico em relação ao paradoxo do entrevistador.

Segundo o autor, a Dialeologia impulsionada pela necessidade de elaboração dos atlas regionais e o Atlas Lingüístico do Brasil, demanda a colaboração de trabalhos multidisciplinares para alcançar com mais critério e cientificidade os objetivos dos pesquisadores. Desta forma, reforça a sedimentação dos estudos dialeológicos no Brasil.

Como tema relevante às pesquisas geolingüísticas, Santos (USP) apresenta **reflexões sobre Técnicas de Transcrição Grafemática para o ALiB**, de modo a subsidiar a discussão e o debate

com vistas à futura seleção das técnicas e dos procedimentos que se revelarem mais adequados.

Foram escolhidos dois referenciais de transcrição grafemática para exame: normas para transcrição e convenções de transcrição. Para o primeiro referencial utilizou a descrição postulada por Castilho e Preti, que elaboraram um quadro com as Ocorrências, Sinais e Exemplificações, concentrando-se na reprodução do diálogo, enfatizando a mudança de turnos, bem como em alguns elementos subjacentes da fala. Para o segundo referencial, relacionou a técnica adotada pelos pesquisadores Blanche-Benveniste, Bilger, Rouget e Eynde, interessados pelos modos de produção do oral, constituído de diálogos e narrativas. Após a seleção dos referenciais, a autora procedeu à devida comparação das técnicas aplicadas. Dentre algumas observações, destaca-se que em ambos os referenciais, há vários itens muito próximos, relativos à compreensão da fala ou dos segmentos da fala. A diferença, no entanto, reside no modo como os dois referenciais classificam os fatos de compreensão. De acordo com a autora, faz-se necessário que tais referenciais sejam examinados e sirvam de ponto de partida para a elaboração de um sistema coerente com os propósitos da pesquisa geolingüística.

A seguir, Oliveira, Costa e Faria, da UFPA, tratam de um estudo geo-sociolingüístico da **Lateral Posvocálica no Nordeste Paraense**.

Segundo os autores, a lateral alveolar posvocálica /l/ assume diferentes realizações em diferentes regiões. Neste estudo se propõem analisar a variação do /l/ na fala de 35 pessoas da zona rural do Nordeste Paraense, sob aspectos de variação fonética e sua relação com as variáveis lingüísticas e sociais, e ainda, constituir elementos para comparação com outros estudos da área.

Os informantes responderam a um questionário de 256 perguntas, embasado no questionário do ALIPA (1997), com escolaridade igual ou inferior à 4ª série do Ensino Fundamental, sendo 17 homens e 18 mulheres; todos nascidos na localidade com idade entre 19 a 30 anos e de 40 a 76 anos. Utilizou o Programa VARBRUL para a interpretação dos dados. Como resultado, este trabalho constatou como variantes mais recorrentes para a variável /l/ o [w] (semivogal velar), [Ø] (zero fonético) e [h] (fricativa glotal surda e sonora),

destacando-se ainda, maior recorrência da variante [w], constituída como tendência no falar do Nordeste Paraense.

O próximo artigo faz uma abordagem aos **Aspectos Semântico-Lexicais de Alguns Municípios do Litoral Sul Paulista**. Os métodos e procedimentos utilizados nesse estudo foram norteados pelos elementos teórico-metodológicos da Dialectologia e da Geolingüística.

A pesquisa direta, realizada em toda região administrativa de Santos, envolveu informantes nas faixas etárias entre 18 a 30 anos, 31 a 49 anos e 50 a 65 anos reunindo um total de 72 informantes estabelecidos por meio de equações matemáticas. O instrumento de coleta de dados foi constituído por um questionário semântico-lexical, elaborado com questões de cunho descritivo e onomasiológico. Para a transcrição grafemática, utilizaram as notações definidas por Marcuschi (1986) e para a transcrição de algumas lexias de forma fonética, utilizaram o Alfabeto Fonético Internacional (IPA). O banco de dados contou com o programa de software de alta tecnologia que gerou tabelas com dados demonstrativos e estatísticos, procedimentos estes que deram uma característica particular a essa pesquisa.

O artigo de Harumi Pisciotto (*in memoriam*), **O Lexical Nos Eixos Horizontal e Vertical**, traz uma análise dos diferentes falares nos eixos norte-sul e leste-oeste da Bahia, utilizando as cartas lingüísticas do APFB. A autora verificou também a validade da hipótese de Nascentes que constituiu o subfalar baiano como uma área de transição entre os dialetos do norte e do sul do Brasil.

Com referência às cartas selecionadas, observou que as cartas n°. 144 (sela para montaria feminina) e a n°. 90 (cisco que cai nos olhos), evidenciaram a divisão do Estado em duas áreas amplas ao norte e ao sul, sendo predominante a forma selim ao norte, e a forma silhão ao sul. Quanto à carta n°. 90, ocorrem cisco e argueiro, o primeiro ao sul e o segundo ao norte. Este estudo revelou que os termos que caracterizam a região norte da Bahia são encontrados também em outros Estados da região Nordeste. Da mesma forma, termos registrados no sul da Bahia, constam em atlas de outros Estados sulinos, como São Paulo e Paraná. São estes, alguns dos resultados apurados pela autora, que confirmaram a hipótese de Nascentes quanto à caracterização da Bahia como uma área de transição.

As cartas que registram as diferenças lexicais entre as regiões leste e oeste da Bahia se dividem em dois grupos: aquelas que apresentam a existência de dois termos que dividem o litoral e o interior: cartas n.º 12 (nevoeiro) e a n.º 16 (onda do rio), e as que registram uma forma inovadora da região. Para este grupo foram selecionadas as cartas n.º 28 (sabugo), n.º 68 (sutiã), n.º 99 (feiticeiro), n.º 145 (peça do arreio) e n.º 153 (tacha), apresentando as formas inovadoras, predominantes na região leste: papuco para sabugo de milho, galifô para sutiã, cobé para feiticeiro, cincha para peça de arreio e semanso e brocha para tacha.

Segundo a autora, esta análise demonstrou que a força das inovações lexicais faz o percurso da cidade para o campo, do litoral para o interior, pois é na região leste da Bahia que se documentam termos de origem popular, os quais não são documentados no oeste.

Finalmente, o artigo de Altino (UEL), **O Estudo do Léxico Popular de Adrianópolis**, retrata uma comunidade caracterizada pelo isolamento geográfico e população idosa. Pesquisa realizada *in loco*, de nível pluridimensional, seguiu parte dos procedimentos metodológicos do ALPR (AGUILERA, 1994). A análise das respostas obtidas foi sistematizada em duas seções: a primeira consta de cartas comuns ao ALPR; e a segunda trata de cartas não coincidentes com o ALPR, as quais abordam questões como o polimorfismo, a manutenção da fala popular arcaica, o fato diatópico e as marcas regionais. Quanto à análise de dados, a autora verificou que: (i) em todas as cartas comuns ao ALPR foram apresentadas as mesmas lexias coletadas por Aguilera em 1989; (ii) as mudanças lingüísticas estão ocorrendo devido à necessidade de inovação na linguagem e são determinadas pela influência da comunicação em massa e da escola; (iii) o fator diasssexual não se revelou fator dominante enquanto a faixa etária é um fator determinante para a diversidade do léxico; (iv) o conservadorismo lingüístico é decorrente da predominância da população idosa, restrito acesso aos meios de comunicação e isolamento geográfico da localidade; (v) marcas regionais foram registradas com a observação do possível desconhecimento, por parte dos informantes, da forma padrão da língua portuguesa e (vi) variantes do português padrão concorrem com formas regionais.

O livro **A Geolingüística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer** oferece um panorama dos estudos dialetológicos

e geolingüísticos em nosso país, desde os precursores até os mais recentes trabalhos, retratando o árduo e valioso trabalho dos que investem nessa gigantesca empreitada. Ao mesmo tempo, o valor que representa e a importância de que se reveste, incentivam o leitor e encorajam o pesquisador a percorrer esses caminhos. As trilhas conduzem a inestimáveis contribuições para o conhecimento da língua portuguesa falada em nosso país, sobretudo, no que diz respeito ao registro e à sistematização das mudanças lingüísticas ocorridas, para que gerações futuras possam ter pleno conhecimento das várias fases da história do português falado no Brasil.